

ESCRITURA E PSICANÁLISE: O DEBATE SOBRE OS ESCRITOS ÍNTIMOS E A EXTIMIDADE

Márcia Maria Rosa Vieira

Como escrever e falar de intimidade? Não apenas da nossa, através de testemunhos e de relatos autobiográficos ou autoficcionais, mas também, enquanto clínicos, daquela de nossos analisantes, através de relatos ou construções de casos clínicos? Para tratar disso, apresento um debate presente no campo da literatura contemporânea e indico como a psicanálise pode nos abrir pistas interessantes sobre isso.

O debate Philippe Lejeune e Serge Doubrovsky: da autobiografia a autoficção

O tema da intimidade não deixa de suscitar muita polêmica e várias designações no campo da literatura: “escritos íntimos”, “estética da existência”, “literatura de interioridade”, “escritos autobiográficos” e, mais contemporaneamente, “autoficção”. Trata-se, em princípio, de um gênero depreciado. Roland Barthes nos adverte, em meados dos anos setenta, que “no século XVI, quando se começava a escrevê-lo sem repugnância, chamavam-no um *diaire: diarrhée e glaire* (diarréia e ranho). Produção de meus fragmentos. (...). Contemplação de meus dejetos (narcisismo)” (BARTHES, 1977, p.103).

Algum tempo depois, em abril de 1988, a prestigiosa revista francesa de literatura, *Magazine Littéraire* (n. 252-253) dedicou o seu dossiê ao que denominou genericamente “escritos íntimos”. Sob esse sintagma englobou experiências de escrita tão diversas como as memórias, as confissões (Santo Agostinho, Rousseau), os ensaios (Montaigne), as autobiografias, os diários íntimos (como o de Andre Gide redigido durante 60 anos), etc. Não muito tempo depois, um novo dossiê da dita revista (n. 409, mai 2002) retomou os escritos íntimos como tema maior. Desta vez sob novos termos: *As escrituras do eu (moi): da autobiografia à autoficção*. No horizonte desta renomeação, o debate entre dois expoentes: Philippe Lejeune (1938) e Serge Doubrovsky (1928-). Dedicado a essa temática, Lejeune chegou a fundar em 1992 a *Associação*

para a *Autobiografia* (APPA), gênero que ele leu, entre outros, com a noção de pacto autobiográfico (1971). Em resposta a ele, Serge Doubrovsky - professor e escritor francês que divide seu tempo entre suas aulas na Universidade de Nova Iorque e Paris - , cunha para a sua autobiografia, *Fils* (1977), a designação ‘autoficção’, com o que reabre o debate sobre os escritos íntimos. Dado o reconhecimento e notoriedade encontrados pelo termo, Doubrovsky, ele próprio, colocou-o em questão em 1988, em um artigo interessantíssimo intitulado “Autobiografia/verdade/psicanálise”. Aí, ele se coloca como crítico literário do livro *Fils* — vocábulo francês que remete tanto aos termos fio, linha, encadeamento, direção (*fil*), como aos termos filho, descendente (*fils*).

Se é “na linguagem e pela linguagem que o homem se constitui como sujeito” (BENVENISTE, 1991, p. 286), o discurso autobiográfico fica em apuros quanto às referências para a verdade e a realidade daquilo que relata. Se tanto o eu (*Je*) quanto o ego (*moi*) não têm outra existência senão de linguagem (existência precária já que sujeita aos deslizos do exercício da língua), tratar-se-ia de encontrar algo que, ainda assim, garantisse a autenticidade de um discurso enquanto autobiográfico.

Depois de ter driblado a inevitável questão da distinção dos gêneros calcada na categoria da verdade (fato e/ou ficção), Lejeune tratou a espinhosa questão da identidade em jogo nas autobiografias através do que denominou ‘pacto autobiográfico’(LEJEUNE, 1981, p. 421). Ao constatar que todas as identificações levam, fatalmente, à cunhagem da primeira pessoa em um nome próprio é em relação a ele que o especialista situará os problemas da autobiografia. Neste sentido, toda a existência do que denominamos autor resumir-se-ia ao nome impresso sobre a capa do livro, sobre a página de abertura, acima ou abaixo do título do volume. Assim, o nome próprio, signo de realidade, fará com que o autor seja “um nome de pessoa, idêntico, assumindo uma seqüência de diferentes textos publicados. Ele extrai sua realidade das outras obras que figuram freqüentemente na abertura do livro: ‘Do mesmo autor’” (LEJEUNE, 1971, p. 23-24). Com isso, Lejeune constrói um critério aparentemente simples a partir do qual a autobiografia e

outros gêneros da literatura íntima, tais como diário, auto-retrato, ensaio, são definidos pela **identidade de nome próprio entre o autor, narrador e personagem**. Se o real o sujeito o leva na sola do sapato, como sugeriu Lacan num certo momento de seu ensino, Lejeune acabou por localizar no nome-próprio esse ponto de real no qual, em última instância, torna-se possível definir o que seja um escrito autobiográfico.

Em resposta a ele, e de modo bastante artiloso, Doubrovsky classificou *Fils* como autoficcional. Embora seja evidente a identidade de nome próprio entre o autor, narrador e personagem, no Prefácio do livro podemos ler:

Autobiografia? Não, este é um privilégio reservado aos importantes deste mundo, no entardecer de suas vidas, e em um belo estilo. Ficção, de acontecimentos e de fatos estritamente reais; se se quer, **autoficção**, por ter confiado a linguagem de uma aventura à aventura da linguagem, deixando fora a sabedoria e a sintaxe do romance (...). Encontros, filhos/fios de palavras, aliteraões, assonâncias, dissonâncias, (...), como se diz musicalidade. Ou ainda, autofricção, pacientemente onanista, que espera fazer agora partilhar seu prazer. (DOUBROVSKY, 1977, p.10).

Nos termos de Azevedo, o hibridismo introduzido por Doubrovsky entre o auto-referencial e o ficcional, deixa à mostra um entre-lugar, um indecível, através do qual se evidencia o estatuto contraditório do sujeito enquanto um lugar vazio, cuja veracidade referencial é impossível de garantir e, simultaneamente, como aquele de um intruso que se assume como interlocutor de si, colocando-se na posição de autor. O apagamento do eu biográfico, deslocará o interesse de uma possível relação entre o texto e a vida do autor localizando-o na relação do texto como forma de criação de um mito, de um “mito do escritor”, por exemplo (AZEVEDO, 2008). Os escritos íntimos ou autobiográficos constroem e sustentam um mito de que ninguém melhor do que o próprio sujeito para dizer a verdade sobre ele mesmo, postulando com isso uma consciência reflexiva capaz de se confessar e de, com sinceridade absoluta, produzir uma verdade que se diz toda. É nesse sentido que, ao invés de declinar, assistimos a uma proliferação infinita dos escritos íntimos, a “um culto dos arquivos de si” (Roudinesco, 2006), na forma de testemunhos, de relatos autobiográficos, de *blogs*, etc., na nossa contemporaneidade. Assistimos a uma tentativa decidida de se “dar forma e

impressão individuais ao vazio gramatical do *shifter* eu (*je*), de modo que entre todos os *je* possíveis, o pronome não possa mais, no limite, denotar senão um nome próprio. Eu-Montaigne, Eu-Rousseau” (DOUBROVSKY, 1988, p. 61), Eu-João, Eu-Maria, etc...

Enlaçamentos e desenlaçamentos entre escritura e psicanálise

Apresentando-se não apenas como um sujeito que tem a experiência da psicanálise enquanto analisante, mas também como alguém que é um praticante da escrita autobiográfica, no texto produzido em 1988 Doubrovsky se propôs a um testemunho sobre a relação entre essas duas experiências: a da análise pessoal e a da escritura. Partindo da constatação de que a verdade do sujeito, em grande parte, é o Outro quem a detém, ele indaga sobre a relação possível entre os pontos de opacidade deixados ou produzidos pela experiência analisante e o ato da escritura. Ele busca a base para a sua discussão na justificativa apresentada por Michel Leiris para o ato de escritura do seu livro *A idade viril* (1946). Leiris diz tratar-se de um ato em relação a ele próprio, “pois ao redigi-lo pretendia elucidar, graças a essa formulação mesma, certas coisas ainda obscuras para as quais a psicanálise, sem torná-las inteiramente claras, havia despertado a minha atenção quando a experimentei como paciente” (LEIRIS, 2003, p. 19).

Posto isso, Doubrovsky (1988) assinala que a escritura não é redutível aos esforços/efeitos de escuta, colocando-se em guarda contra uma escritura que fosse puramente transcritiva, referencial, inocente. A partir daí ele formula questões bastante instigantes sobre a escrita em psicanálise: o que, no ato da escritura, retoma, elucidada, por sua formulação mesma, “certas coisas ainda obscuras”, para as quais a experiência da psicanálise despertou a atenção do sujeito? E ele continua: freqüentemente, os textos de analisados, atualmente bastante em moda, têm vocação documentária: eles relatam, reproduzem, muitas vezes não sem felicidade, o gesto que é, para todo analisante, sua análise; eles ganham corpo nas “verdades” já elaboradas alhures nas “sessões”. Do diário de bordo ao relato estilizado, a escritura tem aí uma função de veículo, ela não faz progredir o escritor ou leitor mais além, na intimidade de um ser, senão até o ponto no

qual a análise se deteve. Esta é uma função possível e, aliás, perfeitamente honrável da escritura, a “transcrição”, feita pelo analisante, seria o avesso da “explicação” dos relatos de caso, feitos pelo analista. Em *A Idade Viril*, a proposta de Leiris é outra: ela se articula certamente à experiência da análise, mas para prosseguir-la, talvez ultrapassá-la; ela se situa não no enquadramento, mas em um além de uma experiência da palavra, que se torna experiência autônoma de escritura. Nesse sentido, tratar-se-á de elaborar **não uma escritura do inconsciente, mas uma escritura para o inconsciente.**

Agora, tornando-se crítico literário, ou seja, leitor do seu próprio livro autoficcional, *Fils*, Doubrovsky (1988) mostra como no seu caso, o relato, não de um percurso de análise, mas de uma sessão de sua análise pessoal, funcionou no interior de um conjunto textual do qual a sessão constituiu o nó ou o ponto central. À diferença dos relatos de caso tradicionais, o texto “psicanalítico” não constituiu aí senão uma parte do texto total. À diferença do projeto leirisiano, a escritura não foi colocada em trabalho no espaço pós-analítico, mas no espaço mesmo da análise. Ela tentou abrir este espaço no texto mesmo, produzindo um aquém e um além da experiência no tecido narrativo.

Se a autobiografia clássica acreditava em uma partogênese escritural, na qual o sujeito nasceria de um apenas, a constatação da impossibilidade disso, desde o século XVII, e mesmo antes, e a presença da sessão analítica que o século XX instaura, dará lugar na era pós-freudiana a dois tipos de relatos: aqueles do ponto de vista do conhecimento do sujeito pelo outro (feitos pelo analista), o relato de caso, que constitui aqui uma forma particular de biografia, ou um empreendimento do ponto de vista do próprio sujeito, que resgata uma espécie de gênero antigo que são exatamente os escritos autobiográficos, conclui o autor de *Fils*. No entanto, com a psicanálise uma novidade radical introduziu-se aí: a alteração da solidão radical romântica do “apenas eu” de Rousseau. Ex-analisante, Doubrovsky (1988) afirma saber muito bem que o mesmo não nasce do mesmo e que seu autorretrato é, de fato, um heteroretrato que ele lhe retorna do lugar do Outro.

Enfim, para esse que cunhou o termo “autoficção”, o sentido de uma vida não é a ser descoberto, mas inventado, construído. Tal seria a “construção analítica”: *fingere*, “dar forma”, ficção que o sujeito incorpora. Sua verdade seria testada como o enxerto em cirurgia: aceitação ou rejeição. O implante fictício que a experiência analítica propõe ao sujeito como sua biografia verídica é verdadeiro quando ele “funciona”, i.é, se ele permite ao organismo viver (melhor). Se ele for inexato ou incompleto, até mesmo nocivo, ele é rejeitado. E o nosso escritor termina indagando: a autoficção pós-analítica é mais verdadeira enquanto escritura autobiográfica do que o retrato clássico com suas ilusões ficcionais? Seria ela mais verdadeira no sentido de uma adequação a um “real” qualquer, exterior ao relato e sua pedra de toque. Quanto a isso, a sua conclusão é que o relato pós-analítico não seria mais verdadeiro, senão mais enriquecido, tal como se diz de uma substância química, como o urânio, por exemplo, que ela foi enriquecida. Jamais formulada ou mesmo formulável, a verdade restaria entre-dita. Se o seu estatuto é mítico, por essência ela permanecerá enquanto tal, contradição velada e resolução impossível. Nesse sentido, todo sujeito é mítico e todo relato também, mesmo aqueles sob forma teórica.

Para concluir é importante assinalar que, embora formule questões instigantes com relação à escrita em psicanálise, Doubrovsky termina seu ensaio sem assinalar que não se trata de adequar o relato psicanalítico, seja ele biográfico ou autobiográfico, seja ele feito pelo sujeito como testemunho ou pelo analista como relato de caso, a uma realidade qualquer que existisse e permanecesse exterior ao relato. Nesse ponto, a experiência da psicanálise se diferencia da experiência da literatura tal como apresentada pelo autoficcionista. Lacan (1988a) nos permite avançar aqui, ao retomar com Freud a noção de *das Ding* como um ponto de opacidade excluído no centro do aparelho psíquico em torno e a partir do qual se constituem os movimentos do desejo. Em relação ao topos psíquico, essa Coisa está em posição de exclusão interna, uma “exterioridade íntima, uma extimidade” (LACAN, 1988a, p. 173) e em volta dela organiza-se o mundo subjetivo do inconsciente em relações significantes.

Em vista disso, indagamos se ao operar com as noções psicanalíticas de semblante – a partir da qual o oposto do verdadeiro não seria a falsidade ou a insinceridade mas o real – e de extimidade a problemática gerada pelos escritos íntimos não sofreria uma torção que permitiria visualizar o escrito não apenas em sua face de íntimo mas também como portando algo do êntimo? Não será que com isso ocorreria uma ultrapassagem dessa querela entre o referencial, o biográfico, e o ficcional? Nos termos de Lacan, “o sujeito em sua casa, a memorialização da biografia [ou a construção da autobiografia, acrescentaríamos], tudo isso só marcha até um certo limite, que se chama o real”(LACAN, 1988b, p.51-52). Autoficcional, seria, portanto, o modo como cada sujeito localiza, nomeia e opera com esses pontos de real ou mesmo de opacidade. Segredo? Verdade não-toda? Nome-Próprio? Não seriam esses apenas alguns, entre tantos outros, modos de nomear ou escrever a extimidade?

BIBLIOGRAFIA

AZEVEDO, L. A. Autoficção e literatura contemporânea. Disponível em: WWW.abralic.org/revista/2008/12/23/download. Acesso em agosto de 2010.

BARTHES, R. **Roland Barthes por Roland Barthes**. São Paulo: Cultrix, 1977.

BENVENISTE, E. **Problemas de Linguística Geral**. Campinas: Pontes, 1991.

DOUBROVSKY, S. **Fils**. Paris:Gallimard, 1977.

———. *Autobiographie/verité/psychanalyse*. In: **Autobiographiques: de Corneille à Sartre**. Paris:PUF, 1988.

LACAN, J. **A ética da psicanálise**. O Seminário. Livro 7. Rio de Janeiro: JZE, 1988a.

———. **Os quatro conceitos fundamentais da psicanálise**. O Seminário. Livro 11. Rio de Janeiro: JZE, 1988b.

LEJEUNE, P. **L'autobiographie en France**. Paris: Colin,1971.

———. *Le pacte autobiographique (bis)*. **Poétique**. Paris, n.56, nov. 1983.

———. **O pacto autobiográfico: De Rousseau à Internet**. Belo Horizonte:Ed. UFMG, 2008.

LEIRIS, M. **A idade viril**. São Paulo:Cosac&Naif, 2003.

ROUDINESCO, E. O culto de si e as novas formas de sofrimento psíquico. In: **A análise e o arquivo**. Rio de Janeiro: JZE, 2006. p.51-76.

SOBRE A AUTORA

Márcia Rosa (Márcia Maria Rosa Vieira. Psicanalista. Membro da Escola Brasileira de Psicanálise (EBP) e da Associação Mundial de Psicanálise (AMP). Doutorado em Literatura Comparada (UFMG). Pós-Doutorado em Teoria Psicanalítica (UFRJ). Profa. da Pós-Graduação em Psicologia (UFMG). Líder do Grupo de Pesquisa inscrito no CNPQ sob o título “Psicanálise, subjetividade e cultura” (UFMG).